

Negociação da dívida será fácil

Paris (Fntz Utzeri) — O Brasil não deverá ter problemas para renegociar brevemente cerca de 2 bilhões 300 milhões de dólares correspondentes ao principal e juros de sua dívida junto aos países industrializados do Clube de Paris, que venciam entre 1º de janeiro de 1985 e os três primeiros meses de 86, apesar da falta de um acordo entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional. Foi o que afirmou ontem, em Paris, o diplomata Álvaro Alencar que, junto com o diretor da dívida externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, reabriu as negociações com o Clube de Paris, suspensas desde 1984.

Os dois estiveram reunidos terça-feira com o plenário do Clube de Paris que trata das dívidas governo-a-governo, e ontem pela manhã encontraram-se com Jean Claude Trichet, ex-secretário do Tesouro francês e atual diretor de gabinete do ministro da Economia, Edouard Balladour. Segundo eles, tratou-se ainda de contatos de exploração e as negociações para, numa primeira fase, provavelmente até maio, fechar um acordo provisório e passar, posteriormente a uma negociação plurianual que reescalonaria cerca de 8 bilhões de dólares de principal e juros.

NÍVEL DE CONCEITOS

Ambos negaram que tivessem apresentado aos membros do Clube a proposta brasileira de renegociação. O que houve foi um exame de conceitos e posições gerais de parte a parte, sem entrar ainda em propostas operacionais específicas, disse Álvaro Alencar, admitindo que discutiu com seus interlocutores a regra básica que o Clube aplica em seus reescalonamentos, da existência, como pré-condição de um acordo entre o país devedor e o FMI.

— Nós procuramos mostrar que embora essa regra possa ter aplicação no caso de países que não efetuaram ajustes em suas economias, por sua conta ou em acordo com o FMI, não se coloca no caso de um país como o Brasil, porque o Brasil já adotou seu ajuste com êxito considerável, tanto externo quanto em suas finanças internas — disse o diplomata.

Ele acrescentou ainda que discutiram com o Fundo condições gerais do que poderiam ser as formas de pagamento de nossa dívida com o Clube, mas “Ficamos no nível de conceitos não operacionais”. Para Antônio de Pádua Seixas, a delegação brasileira deixou muito claro que um tratamento diferenciado não abrirá um precedente porque o Brasil, depois de seu ajustamento, criou condições diferenciadas e desde 1983 vem gerando superávits em sua balança comercial que, até 1985, renderam 31 bilhões de dólares.

O diretor do BC considerou difícil que os países do Clube de Paris possam insistir para que o Brasil acabe recorrendo ao FMI. Segundo ele, o Brasil pagou suas dívidas, principal e juros, até 1984. A partir de janeiro de 1985 — como não houvesse acordo motivado pela exigência de aprovação do Fundo — o Brasil passou a depositar o dinheiro devido a seus credores do Clube no Banco Central: um total de 1,9 bilhão para 1985. Até o final do primeiro trimestre deste ano, há cerca de 2 bilhões 300 milhões de dólares devidos aos governos dos países que formam o Clube no BC. Para 1986, o total de juros mais principal devido ao Clube é de 2 bilhões de dólares e em 87 vencem 1 bilhão 500 milhões de dólares.

SAINDO DA CRISE

Já na próxima semana, os negociadores brasileiros voltarão a se comunicar — por telefone — com o Clube de Paris e, possivelmente em maio, a negociação deverá ter sequência, desta vez num sentido mais operativo, disse Seixas.

Para o diretor do BC, o Brasil está quase saindo da crise e, para que o coonsiga, precisa ser ajudado. Segundo ele, o interesse dos governos e da comunidade econômica internacional é a volta à normalidade, sendo assim essencial a flexibilidade face aos países que tenham feito processos de ajuste sólidos. Questionado se ainda não é um pouco cedo para qualificar de sólido o programa brasileiro, Seixas disse que essa é a razão pela qual o governo está propondo esperar até o final do ano para engajar negociações plurianuais com os bancos e o Clube de Paris. Até lá ninguém poderá dizer que o programa não é sólido, disse.